

TEORIA CRÍTICA E REDES SOCIAIS NA PERSPECTIVA DA TEORIA DA AÇÃO COMUNICATIVA E RAZÃO SUBSTANTIVA.

***CRITICAL THEORY AND SOCIAL NETWORKS IN THE
COMMUNICATIVE ACTION AND SUBSTANTIVE
REASON THEORY'S PERSPECTIVE***

ANA FLÁVIA TEIXEIRA

Mestranda em Administração pela PUC-SP
anaflaviat@hotmail.com

FABÍOLA DAPUZZO VINHAS

Mestranda em Administração pela PUC-SP
fabiola@vetorial.net

NATHALIE PERRET

Mestranda em Administração pela PUC-SP
nathaliepgm@gmail.com

LUCIANO A PRATES JUNQUEIRA

Doutor
Professor Titular do Programa de Pós Graduação em Administração
da PUC-SP
junq@pucsp.br

Recebido em: 03/09/2009

Aprovado em: 15/10/2009

ISSN 2175-5787

Resumo

Devido à desilusão de grande parte dos teóricos com os pressupostos do modernismo, vem ampliando-se, nas últimas três décadas, a análise acadêmica da teoria crítica nos estudos organizacionais. A administração, em tal abordagem modernista, trabalha embasada no controle, na burocracia, na racionalidade instrumental e na dominação progressiva das pessoas em geral. Este artigo foca a ação comunicativa, que tem Habermas como seu principal defensor, e vem comumente sendo utilizada como referencial explicativo na área das organizações. A fim de demonstrar que a ação comunicativa representa um modelo viável, especialmente em contrapartida à razão instrumental, analisaremos o modelo da razão substantiva desenvolvida por Guerreiro Ramos e estudada empiricamente com maior profusão por Maurício Serva. Além disso, traremos a discussão das redes sociais na perspectiva da ação comunicativa e da razão substantiva.

Palavras-Chaves: Teoria da ação comunicativa, teoria da razão substantiva e redes sociais.

Abstract

Due to the disappointment of many of the theorists with the modernism's assumptions, the academic analysis of critical theory in organizational studies has been increasing in the last three decades. The administration, in such a modernist approach, works grounded in control, in bureaucracy, in instrumental rationality and progressive domination of people in general. This paper aims to focus on communicative action which has Habermas as its main supporter, and has commonly been used as explanatory reference in organizations field. In order to demonstrate that communicative action represents a viable model, especially in contrast to instrumental reason, we will analyze the model of substantive reason developed by Guerreiro Ramos and studied empirically with greater profusion by Maurício Serva. In addition, we will bring the discussion of social networks in the perspective of communicative action and substantive reason.

Key-Words: Theory of communicative action, theory of substantive reason and social networks.

1-INTRODUÇÃO

A teoria crítica reporta-se, ainda que não exclusivamente, aos estudos organizacionais baseados em conceitos da Escola de Frankfurt, fundada em 1924. Essa tem como principais autores Horkheimer, Marcuse, Adorno e Habermas, os quais sugerem a utilização da racionalidade, na sociedade moderna, como instrumento de repressão social.

Já nos estudos organizacionais, a teoria crítica aparece apenas no final da década de 70 e início da década de 80, a fim de evidenciar o conflito que ocorre nas organizações. Nessa época, os estudos críticos na área da administração desenvolveram-se, uma vez que os gerentes eram vistos como possuidores de uma visão especial. Surgiu, assim, a crítica ao uso da prática da administração como domínio político e aumento do poder gerencial. Houve também a proliferação dos gurus da administração, cujo foco era fórmulas de sucesso, o que expandiu o número de empresas de consultoria. Nesse mesmo período, surgiram na Inglaterra revistas ícones (*New Right politics e New Labour*) para a administração, nos âmbitos da ontologia, epistemologia e moralidade, possibilitando um maior conhecimento dos estudos críticos nessa área do conhecimento.

Já na década de 90, os estudos críticos em administração começaram a solidificar-se, visto que se acreditava que o sucesso da economia americana estava ligado ao modo de administrar. Posteriormente, o foco das atenções foi para o modelo japonês de administração. No entanto, ambos os modelos mostraram-se ineficazes em muitas situações, o que reforçou a descrença das formas tradicionais de pesquisa e prática da administração. Contudo, a força dos estudos críticos nessa área deve-se ao aumento das literaturas populares, glorificando os gerentes e aumentando o poder das organizações.

A teoria crítica, como outras teorias da administração, possui um volume expressivo de literatura, mas esta é bastante complexa e relativamente nova para os estudos de gestão. Apesar disso, caminhos únicos e importantes para a compreensão das organizações e sua administração podem ser traçados através do estudo.

Destaca-se que tal abordagem teórica em estudos de gestão tem sido, nos últimos anos, amplamente analisada, o que se deve em parte “ao declínio e desilusão daquilo que pode ser genericamente referido como pressupostos modernistas, tanto pelos teóricos quanto pelos profissionais da organização.” (ALVENSSON, DEETZ, 1999, p. 228)

Para o campo da administração, esta teoria pode ser essencial para:

- Fomentar decisões que considerem um número maior de critérios;

- Fornecer recursos intelectuais, os quais permitam um questionamento em relação a tendências totalitárias;
- Oferecer uma nova perspectiva e uma diferente interpretação para a realidade idealizada.

A emancipação do indivíduo por meio da conscientização e autorreflexão é questão fundamental desta. Nesse tema, destaca-se Habermas, que procura construir uma filosofia focada na teoria e na prática da comunicação. Contrapondo-se a Weber, “mostra o quanto a operacionalidade da razão se fundamenta como logos instrumental do mundo moderno em todos os seus aspectos, Habermas busca constituir uma forma de reflexão crítica sobre tal instrumentalidade racional como forma de emancipação social” (SILVA, 2001, p. 5).

O modelo proposto por Habermas permite uma maior compreensão acerca dos processos de socialização e individuação (VIZEU, 2003) e, além disso, fornece uma alternativa às teorias organizacionais clássicas, servindo como base para novos modelos, como o de Guerreiro Ramos, que iremos analisar neste artigo. Em uma perspectiva habermasiana, tal autor desenvolve a razão substantiva, que tem na emancipação do ser humano, diante dos constrangimentos impostos pela sociedade contemporânea, sua ação de partida.

Trataremos também da teoria da ação comunicativa, proposta por Habermas, e a razão substantiva, desenvolvida por Guerreiro Ramos na perspectiva das redes sociais, que acreditamos ser a forma organizacional mais próxima daquelas propostas pelos autores.

2-Teoria Crítica: surgimento e principais características

A teoria crítica teve início com a fundação da escola de Frankfurt, em 22 de junho de 1924, resultado de um seminário onde estiveram presentes Weil, Pollock, Luckás, Wittfogel, Korsh e Sorge. É considerada uma escola por possuir as seguintes características: existência de uma revista periódica com ensaios de seus membros; presença de uma figura forte como representante, inicialmente Horkheimer e posteriormente Adorno; programa de ação apresentado por Horkheimer em seu discurso inaugural em 1931; firmação de um “novo paradigma”; dentre outras características (WIGGERSHAUS, 2002). Porém, no que tange à linha de pensamento, não pode ser considerada escola, pois seus membros não compartilham de todas as ideias. Além disso, tem a obra de Marx como ponto de referência.

Esta pode ter seus integrantes divididos em duas gerações. No primeiro momento destacam-se Benjamin, Horkheimer, Marcuse e Adorno. Posteriormente, com o retorno do instituto para Frankfurt, surgiu uma segunda geração de teóricos, destacando-se Habermas.

A escola de Frankfurt ficou conhecida por criar uma teoria crítica da sociedade, fundindo reflexões filosóficas e questões sociais. Buscava, assim, a transformação da mesma. Desta forma, tinha como objetivo central criticar o sistema vigente, dominador.

Destaca-se que a teoria crítica está associada à escola de Frankfurt, porém, a crítica à racionalidade não é exclusiva dessa abordagem teórica. Esta, diferentemente da teoria tradicional, na qual imperava a neutralidade, busca comprometer-se com os problemas vividos na sociedade, ou seja, surge como contraposição ao modernismo, apresentando soluções para condições sociais específicas. Este, através de conhecimento, razão e oportunidades fundamentadas em grandes capacidades, apresentou-se, a princípio, como processo de emancipação do mito. “Os teóricos críticos vêem o projeto do modernista como doente e vêem esperança na reconstrução e recuperação das partes boas, redirecionando o futuro. Os teóricos críticos, especialmente Habermas, enfocam as potencialidades positivas não realizadas do Iluminismo.” (ALVENSSON, DEETZ, 1999, pp. 232 e 233)

A teoria crítica tem como características dois sentidos fundamentais. Crítica significa dizer o que é em vista do que ainda não é, mas pode ser; trata-se de enxergar no mundo real as suas melhores potencialidades, de compreender o que é, tendo em vista o melhor que ele traz embutido em si. O primeiro afirma só ser possível mostrar como as coisas são senão a partir da perspectiva de como deveriam ser. Como segundo sentido, deve-se desenvolver um ponto de vista capaz de apontar e analisar os obstáculos a serem superados para que as melhores potencialidades possam se realizar.

Tal abordagem teórica é denominada crítica, uma vez que busca a autorreflexão. Esta suscita novas discussões, e através destas é possível expor que, ao exercer autoridade de forma arbitrária e proteger interesses de grupos específicos, o modernismo estava baseando-se em mitos.

Os teóricos críticos visam à restauração do processo racional para o entendimento social-histórico-político do construcionismo, a inclusão de um maior número de grupos na deliberação social e a superação da comunicação distorcida. Tem-se como ponto central a crítica à dominação e aos modos pelos quais os subordinados participam da própria dominação, o que eles chamam de razão instrumental, onde a burguesia (grupo dominante)

detém os meios de produção e comunicação para subjugar as demais classes sociais (grupos dominados).

No decorrer da história, os grupos dominantes comumente procuravam narrativas que fossem facilmente aceitas pelos grupos dominados e criaram mecanismos institucionais a fim de que decisões sobre ações coletivas pudessem ser tomadas. “Dessa forma, a população foi sendo disciplinada a aceitar decisões sociais, mesmo que algumas delas frustrassem claramente seus desejos e preferências imediatos, bastando que tais decisões fossem reconhecidas como legítimas” (SOUZA, SALDANHA, ICHIKANA, 2004, p.3). Entretanto, o exercício do controle depara-se com limites de caráter estrutural. Além disso, a diminuição do poder trabalhista e comportamental causa prejuízos à mente e à subjetividade do trabalhador.

Em relação aos estudos organizacionais, os pesquisadores da teoria crítica

“... têm focado a distorção e o estreitamento do discurso teórico por meio da universalização de interesse de segmentos sociais, da dominação da racionalidade instrumental e da hegemonia”, a esperança é “prover foros tais que segmentos diferentes da sociedade e interesses humanos diferentes possam fazer parte de um diálogo histórico melhor, mais moral, de modo que cada um possa contribuir igualmente para as escolhas, visando produzir um futuro para todos.” (ALVENSSON, DEETZ, 1999, p. 233)

Diferentemente da perspectiva modernista, na qual a administração trabalha na base do controle, da racionalização e da dominação das pessoas, sejam trabalhadores, consumidores ou a sociedade em geral.

Criar sociedades e ambientes de trabalho livres da dominação, ou seja, nos quais os indivíduos sejam dotados de iguais oportunidades para contribuírem com a concepção de sistemas que visem atender às necessidades humanas e levem ao desenvolvimento progressivo de todos, é o objetivo principal da teoria crítica, no que concerne aos estudos organizacionais. Desta forma, tais estudos focam, externamente, na relação entre organizações na sociedade e nos locais de trabalho, no império da abordagem do raciocínio instrumental e no processo de assentimento.

Quatro traços específicos do pensamento ocidental revelam o posicionamento dos autores da teoria crítica: a relação poder-conhecimento; o construcionismo não-dualista, em que a experiência e a linguagem são fundamentais para o conhecimento; a teoria do conflito social da luta de classes e o sujeito humano complexo. Quanto aos estudos críticos, destacam-se dois tipos:

1. Crítica Ideológica: os primeiros escritos, cujos temas centrais eram dominação e exploração do proletariado, foram elaborados por Marx. Os autores da crítica ideológica

questionam o papel do administrador e da organização na sociedade. Para eles, tanto um quanto outro servem como instrumentos de dominação, exploração e destruição da liberdade do homem e do meio ambiente. Confirmando tal juízo, Robert Michels, segundo Morgan (1996), afirma que, até em empresas tidas como democráticas (como partidos e sindicatos), existe uma oligarquia que comanda, ou seja, prezando pelos próprios interesses ao invés de buscar o bem de todos, utiliza da liderança carismática para justificar tais ações.

As críticas à ideologia, além de se voltarem à temática das classes, expandem o campo de ação ao examinarem de que forma o controle cultural-ideológico atua sobre todos os funcionários. São quatro os temas recorrentes nos escritos acerca de organizações que trabalham na perspectiva da crítica ideológica: a naturalização da ordem social (as organizações são consideradas entidades fixas e concretas, desconsiderando sua formação, muitas vezes conflituosa. Em resposta a isso, os estudos críticos consideram as organizações como construções histórico-sociais influenciadas por acontecimentos externos e internos); a universalização de interesses administrativos e a supressão de interesses conflitantes (os interesses são tratados como se fossem de todos, suprimindo os interesses conflitantes. Os estudos críticos buscam analisar como os interesses são distorcidos e como a busca pela produtividade e dinheiro suprimem valores como autonomia, criatividade e prazer dentro das organizações); o domínio pelo instrumental (tanto a compreensão como a determinação dos interesses/objetivos organizacionais são restritas a poucas pessoas, enquanto a maior parte dos indivíduos realiza suas atividades alienada desses interesses); e a hegemonia (os arranjos organizacionais favorecem sempre os grupos dominantes na sua relação com os grupos dominados). No entanto, faz-se comum três críticas em relação a este estudo: a crítica ideológica frequentemente dá-se *ad hoc* e de maneira reativa; aparenta ser elitista e os estudos acerca desta apresentam-se muito simplistas.

2. Ação Comunicativa: Destacou-se como uma das principais linhas de estudos da teoria crítica, sendo desenvolvida principalmente por Habermas. Para o autor, a ação comunicativa é uma forma de criar convicções comuns, orientadas para um mesmo objetivo, definidas por todos previamente, não devendo favorecer um grupo em particular, no qual os entendimentos seriam alcançados por meio da comunicação. Essa teoria busca, portanto, estudar a distorção sistemática da comunicação e o uso do poder que isso acarreta. Assim, os entendimentos devem ser alcançados através da comunicação e não do poder formal, ou seja, a obtenção do entendimento depende da comunicação não distorcida, da presença da

discussão livre baseada na boa vontade, argumentação e diálogo. A ação comunicativa é um aspecto importante da interação social.

Focaremos nossa análise na obra de Habermas e na sua teoria da ação comunicativa., assim como na Razão substantiva proposta por Guerreiro Ramos.

3-A TEORIA DA AÇÃO COMUNICATIVA DE HABERMAS E A RAZÃO SUBSTANTIVA DE GUERREIRO RAMOS

A comunicação livre, racional e crítica – razão e ação comunicativa – foi criada pelo filósofo e sociólogo alemão Jürgen Habermas, como alternativa para o modelo instrumental. De acordo com o autor, tal conceito é;

“uma forma de criar convicções comuns, orientadas para um mesmo objetivo definido por todos previamente. Para o autor, o que não deve ocorrer é o favorecimento de um grupo particular. Nessa concepção, os entendimentos seriam alcançados por meio da comunicação, ao invés de o serem por imperativos provindos do dinheiro, do poder formal ou da reprodução não reflexiva dos valores culturais”. (HABERMAS, 1989 *apud* SOUZA, SALDANHA, ICHIKAWA, 2004, p.6)

A racionalidade da ação comunicativa dá-se no uso de argumentos válidos, capazes de fundamentarem proposições e enunciados, apreciados na interação comunicativa. Uma vez que a coordenação mútua está sujeita à capacidade comunicativa, torna-se indispensável, neste tipo de ação, a ocorrência de uma orientação dialógica. (VIZEU, 2003).

A competência comunicativa forma-se não somente nas relações entre sujeito e objeto, mas em esferas compostas coletivamente, nas quais há interação entre indivíduos e esta ocorre através da linguagem. É em torno deste ponto que a hipótese principal da ação comunicativa desenvolve-se.

O autor restaura a ideia de esfera social. Para tanto, a adoção de uma postura dialógica, compreensiva e democrática na direção de um consenso comunicativo, o qual deve ser estabelecido dentro de relações sociais em função das racionalidades das ações, faz-se necessário. No entanto, em organizações, nas quais há a predominância da racionalidade instrumental, uma vez que relações interpessoais, ações e atividades gerenciais dão-se em caráter monológico e impessoal, a comunicação acaba por distorcer-se.

A comunicação não distorcida proporciona base para a racionalidade comunicativa. Nesta, a tomada de decisão não ocorre de forma coercitiva, mas provem de argumento construído em foro aberto, com a participação de todos os envolvidos. Habermas apresenta alguns requisitos para a legitimidade do ato de fala.

- a. verdade proposicional: o falante deve referir-se a algo verdadeiro em seu mundo;
- b. sinceridade: o falante pode fazer conhecer suas intenções verdadeiras ao dizer algo;
- c. retidão: referente à conformidade com as normas sociais;
- d. inteligibilidade: para que o falante e o ouvinte possam chegar ao entendimento.

Tais condições, porém, só serão alcançadas em uma estrutura de comunicação carente de limites, visto que a falta destes é algo praticamente impossível nas organizações. No contexto organizacional, de acordo com FARIA e MENEGUETTI (2000), de forma geral, as palavras devem seguir um padrão lógico e coerente com as intenções de caráter político, econômico ou ideológico das elites. A validade das relações de poder estabelecidas e aceitas entre as camadas no contexto social da organização não pode ser questionada; portanto, a prática da racionalidade comunicativa torna-se difícil.

Em consequência, a racionalidade instrumental prevalece, fato que acarreta vários tipos de problemas. Corroborando com tal afirmação, Guerreiro Ramos, segundo Serva, adverte que o predomínio da razão instrumental nas organizações produtivas

“engendra uma sociedade centrada no mercado, responsável pela insegurança psicológica, pela degradação da qualidade de vida, pela poluição, pelo desperdício dos recursos naturais do planeta, além de produzir uma teoria organizacional incapaz de ensejar espaços sociais gratificantes aos indivíduos”. (SERVA, 1997, p.19)

Novos modelos de organização, mais condizentes com a lógica da racionalidade comunicativa, têm sido instituídos. Estes aparecem como resultados à fragilidade dos paradigmas gerenciais clássicos, revelada pelos limites que geram a distorção da comunicação.

A racionalidade substantiva instituída por Guerreiro Ramos é destaque deste artigo. Tal como a teoria da ação comunicativa, esta se apresenta, em contraposição à razão instrumental, como alternativa de análise e entendimento social. Há, no entanto, em relação à teoria crítica, escassez de estudos empíricos, mas alguns avanços já começam a ser observados.

Nesse sentido, no próximo item, buscaremos no conceito das redes sociais fundamentos práticos da teoria da ação comunicativa e da racionalidade substantiva, provando que esses modelos, apesar de serem conceituais e ideológicos, podem ser também encontrados na prática organizacional do terceiro setor.

Os estudos de Guerreiro Ramos acerca da racionalidade nas organizações estão pautados em uma abordagem ampla denominada pelo próprio autor de “teoria substantiva da vida humana”. Tal modelo teórico apresenta, como principal natureza de análise e doutrina, a racionalidade substantiva. Esta, em oposição à racionalidade instrumental, que “privilegia os meios em detrimento dos fins e ajuda os grupos dominantes a alcançarem seus objetivos egoístas de forma invisível, por meio da alienação dos grupos dominados” (SOUZA, SALDANHA, ICHIKAWA, 2004, p. 8), referem-se à conduta livre e individual das pessoas. Por meio da racionalidade substantiva, enfim, o indivíduo resguardaria sua liberdade, podendo, desta maneira, conduzir sua vida pessoal em direção à autorrealização.

A razão instrumental, como lógica subjacente às ações e aos comportamentos, impera na maioria das organizações produtivas contemporâneas. Desta forma, o ambiente organizacional

“tornou-se propício aos abusos de poder, à dominação, ao mascaramento de intenções pela substituição da verdadeira comunicação humana por padrões informativos, dentre outras. Tudo isso acaba conduzindo os indivíduos a se lançarem numa competição permanente, produtora de ansiedades e de patologias psíquicas.” (SERVA, 1997, p.19)

Os estudos de Ramos e Habermas são basicamente conceituais, no entanto, vêm apresentando grande ressonância no meio acadêmico. No Brasil, diversos autores têm elaborado trabalhos tomando por base tais abordagens. Um deles, Maurício Serva, a fim de demonstrar como estas teorias concretizavam-se na prática administrativa, examinou empiricamente algumas empresas. Para tanto, empreendeu-se a complementaridade entre a racionalidade substantiva e a ação comunicativa, e desenvolveu-se a ideia de ação racional substantiva, a qual é pressuposto fundamental para conceituar uma organização como substantiva. A relação entre as propostas teóricas expostas pelos dois autores dá-se pela crítica que ambos fazem à racionalidade instrumental.

Ainda para fins de sua pesquisa, o autor definiu os principais elementos constitutivos da ação racional substantiva (SERVA, 1997):

- Autorrealização: satisfação do indivíduo com sua atividade e de acordo com o potencial do indivíduo;
- Entendimento: conversação entre os membros para consenso ou acordos, mediada por um diálogo aberto;
- Julgamento ético: deliberação baseada em valores por meio do debate racional entre os indivíduos;
- Autenticidade: integridade, honestidade e franqueza dos indivíduos nas interações;
- Valores emancipatórios: valores na busca do bem estar coletivo, da solidariedade, entre outros;
- Autonomia: condição em que os agentes das organizações podem agir e expressar-se livremente.

Tais elementos, percebidos dentro dos processos organizacionais, são entendidos como “aqueles nos quais os indivíduos definem, mediante ações específicas, o caráter básico do empreendimento grupal do qual participam” (SERVA, 1997, p.23). Na perspectiva do autor, os processos organizacionais a serem analisados, a fim de se caracterizar uma organização como substantiva, são: hierarquia e normas, valores e objetivos, tomada de decisão, controle, divisão do trabalho, comunicação e relações interpessoais, ação social e relações ambientais; e quatro complementares: reflexão sobre a organização, conflitos, satisfação individual e dimensão simbólica.

Ao mapear as organizações substantivas brasileiras, Serva notou que as mesmas apresentam algumas características comuns, das quais se destacam:

1. A questão do relacionamento entre os integrantes: as relações interpessoais são intensas, além de serem compatíveis aos princípios de aceitação de conflitos e de disposição permanente à negociação. Desta forma, revela-se ativo o uso da comunicação verbal, prevalecendo os contatos face a face.
2. A estrutura hierárquica: são flexíveis, prevalecendo formas de administração participativas.
3. O processo decisório: dá-se de forma coletiva.

Nesta perspectiva de emancipação do homem na esfera produtiva, os estudos desenvolvidos por este autor procuram contribuir

“para evidenciar que indivíduos associados em organizações produtivas podem: estabelecer relações gratificantes entre si, alcançar níveis consideráveis de autorealização e embasar as ações numa lógica não utilitária; ao passo que suas

organizações alcançam graus de desempenho satisfatórios no interior de um mercado competitivo”. (SERVA, 1997, p.30)

As redes sociais surgem, neste contexto, como um modelo detentor de características semelhantes às encontradas pelo autor. No próximo item veremos o que é rede social, como esta funciona e quais são suas principais características.

4-REDES SOCIAIS À LUZ DA TEORIA DA AÇÃO COMUNICATIVA E DA RAZÃO SUBSTANTIVA

A intenção do ensaio até aqui foi apresentar uma breve visão de alguns temas centrais da teoria crítica, bem como analisar a teoria da ação comunicativa de Habermas e a razão comunicativa proposta por Guerreiro Ramos. A partir de agora, analisaremos as redes sociais na perspectiva da teoria crítica. Acreditamos que esta dá suporte às relações em rede social. No entanto, antes de fazer a análise, faremos uma breve exposição do conceito e das características.

Nota-se que inúmeros fatores têm impulsionado o surgimento e a proliferação das redes sociais, dentre eles destacamos: a transformação no papel do Estado; o surgimento das organizações sociais; o desenvolvimento tecnológico, tornando os processos de comunicação mais ágeis; a globalização, que exigiu maior flexibilização, integração e interdependência; dentre outros.

As redes sociais adquiriram grande importância na última década, principalmente com o crescimento das organizações da sociedade civil. Os atores mobilizam-se em torno dos mais diversos temas, com o intuito de reforçar a colaboração e a solidariedade e, assim, resolver problemas. Uma rede social é, portanto, um conjunto de pessoas e organizações unidas por um conjunto de ações sociais específicas. Elas baseiam-se na definição de objetivos comuns, buscando reduzir conflitos através da resolução de problemas por meio do consenso. As redes têm como característica fundamental desenvolver aprendizado social de respostas adaptativas com melhores resultados que outras formas organizacionais. (SIQUEIRA, 2000)

Nesse sentido, Junqueira complementa, afirmando:

“nas redes os objetivos definidos coletivamente, articulam pessoas e instituições que se comprometem a superar de maneira integrada os problemas sociais. Essas redes são construídas entre seres sociais autônomos, que compartilham objetivos que

orientam sua ação, respeitando a autonomia e as diferenças de cada membro.”
(JUNQUEIRA, 2000, p.39)

Em um sentido mais amplo, Fleury e Overney (2007) enfatizam o entendimento das redes como uma solução para administrar políticas e projetos, nos quais os recursos são escassos e os problemas complexos existem múltiplos atores envolvidos e há interação de agentes públicos e privados, centrais e locais, bem como uma crescente demanda por benefícios e participação cidadã.

Dentre as principais características de uma rede social, destacam-se: participação de vários atores, possibilitando uma maior mobilização por recursos e uma diversidade de olhares para a tomada de decisão; definição de prioridade de forma democrática; estrutura menos burocrática; maior flexibilidade, o que possibilita uma gestão mais adaptativa; monitoramento como principal instrumento de gestão e objetivos e estratégias alcançados pelo consenso (FLEURY e OVERNEY, 2007).

Os princípios e características de uma rede social enquadram-se nas teorias propostas por Habermas e Ramos, como por exemplo: menor rigidez hierárquica; métodos de controle substituídos por formas mais democráticas; autoridade mais moral que legal; busca pelo consenso comunicativo; tomada de decisão baseada na participação. Destaca-se, portanto, que as redes sociais vão de encontro à razão instrumental, na qual imperam os abusos de poder e a dominação, já que seus objetivos e sua forma de operar as relações sociais são completamente contrários.

Outro ponto em comum entre as características das redes sociais e a teoria crítica são os elementos da ação racional substantiva¹ propostos por Serva (1997) e descritos anteriormente. Todos os elementos citados como: autorrealização, entendimento, julgamento ético, autenticidade, valores emancipatórios e autonomia são contemplados pelas relações em rede social.

Infere-se, portanto, que a maior contribuição da teoria crítica para as relações em redes sociais é a busca pelo diálogo, a tomada de decisão baseada no consenso e a participação de todos os envolvidos. Nossa intenção nessa breve contextualização do fenômeno das redes sociais foi demonstrar que a teoria crítica na figura da teoria da ação comunicativa e da razão substantiva pode ser identificada na prática organizacional. Além disso, trabalhamos com a hipótese de que as redes sociais possam ter sido influenciadas por essas teorias.

5- CONSIDERAÇÕES FINAIS

O novo contexto que se faz presente hoje exige, da teoria crítica, novas respostas. Além disso, torna-se urgente que tal abordagem teórica ganhe espaço dentro dos estudos organizacionais.

A teoria crítica contribui para os administradores na “reflexão na escolha da carreira, recursos intelectuais para contrariar tendências totalitárias na socialização corporativa administrativamente controlada e estímulo para incorporar um conjunto maior de critérios e considerações na tomada de decisão”. (ALVENSSON, DEETZ, 1999, p. 237)

Em relação à teoria da ação comunicativa, podemos listar algumas principais contribuições: a crítica à razão instrumental, dada a centralidade do modelo burocrático na área acadêmica, foi recebida pelos autores críticos como uma denúncia das insuficiências de ordem epistemológica da teoria organizacional, sendo também uma revelação de novos modelos possíveis para a questão da distorção comunicativa; e, os novos modelos de gestão comunicativa representam uma alternativa efetiva, na medida em que incorporam os pressupostos da interação comunicativa.

Nesse contexto, como pudemos analisar neste ensaio, dá-se destaque para o desenvolvimento do paradigma da razão substantiva. Além disso, Serva (Ano?), a fim de comprovar que tal teoria era concretizável na prática, integrou, em uma perspectiva de complementaridade, as abordagens de Ramos e Habermas, criando o que denominou de ação racional substantiva.

O modelo de organização substantiva, além de mostrar-se uma alternativa de cisão das teorias organizacionais clássicas, também demonstra que a ação comunicativa representa uma categoria viável de aplicação no âmbito organizacional, passando a representar um referencial essencial para a compreensão do contexto contemporâneo das organizações.

No entanto, faz-se necessário um maior número de estudos empíricos, a fim de que a compreensão acerca das teorias apresentadas seja enriquecida. Além disso, conclui-se, através desta breve análise, que o campo das organizações do terceiro setor faz-se representativo para a construção de uma lógica organizacional substantiva.

Por fim, nossa proposta de identificar as redes sociais como forma organizacional mais próxima da teoria da ação comunicativa e da razão substantiva teve como intenção mostrar que a teoria crítica pode favorecer as relações em rede, principalmente no que tange à busca pelo consenso e diálogo, dando, assim, suporte à prática organizacional.

6- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVESSON, M., DEETZ, S. Teoria crítica e abordagens pós-modernas para estudos organizacionais. In: CLEGG, S., HARDY, C., NORD, W. (Orgs.). **Handbook de estudos organizacionais**. São Paulo: Atlas, v. 1, capítulo 8, 1999.

FARIA, J.H. de, MENEGUETTI, F.K. Discursos Organizacionais. In: ENANPAD - ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 2000, Florianópolis – SC. XXIV ENANPAD. Florianópolis, 2000.

FLEURY, S. OVERNEY, A. M. **Gestão de redes: a estratégia de regionalização da política de saúde**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

JUNQUEIRA, L. P. A. Intersetorialidade, transetorialidade e redes sociais na saúde. **Revista de Administração Pública – RAP**, s.l., n.6, 2000.

MORGAN, G. **Imagens da organização**. São Paulo: Atlas, 1996

SERVA, M. A racionalidade substantiva demonstrada na prática administrativa. **Revista de Administração de Empresas (RAE-FGV)**, São Paulo, v.37, n.2. p.18-30, abr/jun. 1997.

SILVA, S. L. P. Razão Instrumental e Razão Comunicativa: um ensaio sobre duas sociologias da racionalidade. **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**, São Carlos, n. 18, maio. 2001.

SIQUEIRA, M. Redes sociais na gestão de serviços urbanos. **Revista de Administração Pública – RAP**, s.l., n.6, 2000.

SOUZA, P.R.B, SALDANHA, A.N.K, ICHIKAWA, E.Y. Teoria Crítica na Administração. **Caderno de Pesquisas em Administração**, São Paulo, v. 11, n.3., p. 1-9, jul./set. 2004.

VIZEU, F. Algumas contribuições da Teoria da Ação Comunicativa para a área de organizações. In: ENANPAD - ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 2003, Atibaia-SP. XXVII ENANPAD. São Paulo, 2003.

WIGGERSHAUS, R. **Escola de Frankfurt, A – historia desenvolvimento teórico, significação política**. São Paulo: Bertrand do Brasil, 2002.

ⁱ Um modelo proposto por Seva (1997) que une a teoria da ação comunicativa proposta por Habermas e a razão substantiva proposta por Ramos. O autor propôs esse modelo com intuito de analisar empiricamente a tória crítica dentro das organizações.